



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

A TERCEIRIZAÇÃO DO CUIDADO, MATERNAGEM E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA EMPREGADA DOMÉSTICA NA AMÉRICA LATINA: uma análise fílmica comparativa entre “Roma” e “Que horas ela volta?”

STEFÂNIA DE CASTRO HELMOLD

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS) - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINIST

CAROLINA MARIA MOTA SANTOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

A TERCEIRIZAÇÃO DO CUIDADO, MATERNAGEM E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA EMPREGADA DOMÉSTICA NA AMÉRICA LATINA: uma análise filmica comparativa entre “Roma” e “Que horas ela volta?”

1. Introdução

O trabalho doméstico invisível e não-remunerado é tema de debate e estudo de muitos autores (Federici, 2019; Saffioti, 2001; Teixeira, 2021). Este aspecto da vida das mulheres ficou ainda mais escancarado no contexto pandêmico atual, onde o que chamamos de cadeia de cuidados – *care chains* –, se tornou espaço de muitos embates (Isaksen et al., 2008; Yeates, 2004). A dependência do sistema capitalista do trabalho doméstico precário tem se tornado cada vez mais visível, sendo a terceirização do cuidado de jovens, idosos, pessoas doentes, dentre outros, a base para o funcionamento da sociedade moderna. Para De Souza (2016, p. 289), os estudos sobre a História Social do Trabalho Doméstico no Brasil caminham de uma esfera de pesquisas que se dedicavam quase exclusivamente para entender as relações de trabalho e conflitos existentes entre empregadas e empregadores, sobretudo aspectos de violência e exploração; para um cenário que tenta compreender além disso, buscando abarcar as “condições de vida, sociabilidades, lazer, maternidade, relações afetivas e familiares de mulheres pobres que trabalham como domésticas”, embora ainda bastante recentes. É relevante, portanto, a discussão sobre como as relações de trabalho e as sociabilidades se apresentam no cotidiano das mulheres latino-americanas, atravessadas por questões relacionadas à raça, gênero e classe social, arraigadas no contexto específico da colonização e da escravidão.

O cinema possui funções sociais que vão além do simples divertimento, sendo instrumento reprodutor da realidade de uma sociedade, em determinado período, podendo evidenciar questões inerentes à cultura, política e economia de determinado povo. Além disso, é portador da capacidade de influenciar o comportamento daqueles que o consomem, determinando e reforçando estereótipos ou desconstruindo normas sociais, através de seu poder transformador, propiciando discussão e debates que fundamentam mudanças sociais (Montenegro & Ferreira, 2020).

O tema abordado por “Que horas ela volta?” e “Roma”, obras brasileira e mexicana, respectivamente – o trabalho doméstico – é algo recorrente a filmografia latino-americana, e são herança dos processos de colonização e escravidão vivenciados nestes países (Magno, 2016). O primeiro filme, produzido e dirigido por Anna Muylaert, em 2015, aborda o cotidiano de uma mulher pernambucana, imigrante, representando através de sua narrativa conflitos relacionados à desigualdade social, permeada por temáticas de grande relevância. A segunda obra, de Alfonso Cuarón, lançada em 2018, traz similaridades quanto ao tema, abordando experiências de uma empregada doméstica, nos anos 1970, no México, e as repercussões de seu trabalho em sua vida pessoal. Ambas as obras enfocam mulheres pobres, não brancas e que tem histórias de vida e atividades comuns, diferentemente das narrativas que comumente se propõem em grande parte dos filmes comerciais (Montenegro & Ferreira, 2020).

Tendo em vista os pontos de interseção entre as duas películas, este trabalho se propõe discutir comparativamente questões relacionadas à terceirização do cuidado, a maternagem e as relações de trabalho doméstico feminino na América Latina,

considerando se tratar de diferentes países em diferentes épocas. Para tal, empenhou-se em realizar uma revisão de literatura abordando o trabalho doméstico sob uma perspectiva de gênero, raça e a desigualdade social e o cuidado com crianças; posteriormente, se realizará uma análise fílmica das duas obras separadamente, para, por fim, serem analisadas em conjunto, comparando-as.

2. Referencial Teórico

A terceirização do cuidado e a maternagem na América Latina

A maternidade essencialmente é dependente da relação consanguínea entre a mãe e o filho, enquanto a maternagem se estabelece nos vínculos afetivos desenvolvidos na relação de cuidado entre mãe e filho (Gradvohl et al., 2014). Historicamente a maternidade e a maternagem só vieram a receber devida atenção e reconhecimento quando, diante da Revolução Industrial, e a instituição de uma nova ordem capitalista, a lógica medieval que entendia o cuidado dos bebês como atividade improdutiva devido à alta taxa de mortalidade infantil (Gradvohl et al., 2014), passando a compreender que a lógica do consumo despendia de grandes contingentes populacionais para constituírem duplamente um mercado consumidor e uma mão de obra abundante e barata, sendo assim instituída uma nova perspectiva sobre a reprodução humana e cuidado do estado com o núcleo familiar, onde mulheres e homens são consolidados em diferentes papéis sociais, cabendo às primeiras o cuidado com a família e ao segundo o sustento da casa (Faur, 2014; Foucault, 2015).

Sendo importante ressaltar que mulheres pobres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho, portanto sempre contaram com estratégias de maternagem coletiva para a manutenção de seus núcleos familiares (Amorim & Mota-Santos, 2022). Anteriormente e principalmente durante a Revolução Industrial, mulheres de classes altas e médias se mantiveram afastadas do trabalho remunerado, por exclusão ou pelos novos padrões capitalistas de “família tradicional”. Sendo esse paradigma quebrado com os acontecimentos da primeira e segunda guerras mundiais, onde mulheres tiveram que assumir postos de trabalhos masculinos vazios, e posteriormente puderam optar pela manutenção de seu trabalho ou o retorno ao lar (Batthyány et al., 2020; Bracke et al., 2019).

O papel social atribuído às mulheres de responsabilidade sobre a maternidade e a necessidade da entrada no mercado de trabalho gerou respostas do movimento feminista, principalmente a partir dos anos 1960, que se dividiam em duas diferentes vertentes: a maternalista, que entende a maternagem como ato principal da mulher em sociedade, reivindicando o reconhecimento político do trabalho do cuidado doméstico, e da conseqüente valorização deste trabalho a ser remunerado pelo Estado (Batthyány et al., 2020; Federici, 2019; Saffioti, 1979); e a Radical, que associa a maternidade à submissão paternalista, e que promove o controle da natalidade pelos métodos contraceptivos como maneira de dar à mulher uma opção sobre a maternidade, que não é mais um destino inevitável da mulher (Gradvohl et al., 2014).

A ida da mulher para o mercado de trabalho modificou também as características primárias da maternagem, onde pode-se observar a maior insurgência da terceirização do cuidado das crianças (Amorim & Mota-Santos, 2022; Fonseca, 2016). Wagner et al. (2017) entendem a terceirização do cuidado infantil como a transferência das atividades ligadas ao cuidado de crianças para outras pessoas, podendo ser babás, vizinhos, parentes ou instituições. Importante considerar que este

processo varia para famílias de diferentes espectros econômicos. Nas camadas menos abastadas, a compulsoriedade do trabalho das mulheres leva com que as mães precisem se organizar a fim de deixar os filhos com vizinhos e parentes, onde o cuidado infantil é distribuído na comunidade – maternagem compartilhada. Por outro lado, famílias de alto poder aquisitivo tendem a terceirizar a criação de seus filhos à babás, empregadas domésticas e instituições – escolas, creches e outras atividades que ocupem o tempo da criança, consideradas importantes na constituição do patrimônio cultural daquele indivíduo (Faur, 2015; Gradwohl et al., 2014; Sandoval et al., 2014; Wagner et al., 2017; Yanacallo et al., 2017), o que compactua com a teoria de Winnicott (2005), que defendia que a criança deveria passar parte de seu tempo na escola, uma vez que os pais não tinham repertório para atender demandas pedagógicas das crianças, tornando a vivência no ambiente doméstico algo doloroso, entediante, para pais e filhos. As novas configurações familiares, sobretudo a monoparental, em sua maioria vivenciada por mulheres, provocam ainda uma sobrecarga na pessoa responsável pelo sustento do lar e criação dos filhos, acentuando ainda a necessidade da rede de apoio baseada na terceirização da criação (Wagner et al., 2017).

Para Wagner et al. (2017), a presença das babás e empregadas domésticas tem raízes no processo de escravidão latino-americano, onde mulheres escravizadas “pertencentes” a famílias ricas se responsabilizavam pela amamentação e cuidado dos filhos, denominadas amas de leite à época. Nos moldes atuais, a relação entre babás/empregadas e patrões é baseada em uma ambiguidade entre intimidade e distanciamento social, onde em momentos elas são consideradas pertencentes à família e, mesmo assim, sua vida privada não é passível de interesse dos patrões, instituindo-se assim certo distanciamento afetivo pautado pelo contrato de trabalho, podendo se extinguir a qualquer momento (Fonseca, 2016). O trabalho das babás é novamente fragilizado pela posição que esta ocupa na vida dos filhos. Ao assumir o papel de adulto referência para a criança, se estabelecem laços e trocas de afetos fortes, e há a possibilidade de que as mães sintam ciúmes e rivalizem com esses sentimentos. Além disto, como supracitado, o adulto é responsável por transmitir capital cultural ao rebento, e esta transmissão de conhecimentos pode ser diferente daquela esperada e idealizada pelos progenitores, sendo assim fonte de conflito entre patrões e empregadas (Fonseca, 2016; Shcerdien et al., 2018).

Fonseca (2016) ainda alerta para os possíveis resultados danosos da ausência dos pais na criação dos filhos e a terceirização do cuidado. A família é a instituição responsável por dar à criança sua primeira identidade social, transmitindo-lhe papéis, valores e normas de conduta social. Para alguns psicanalistas, sobretudo John Bowlby e sua Teoria do Apego, o vínculo da criança com seu adulto significativo dá a ela segurança e apoio necessário para se desenvolver, e o rompimento ou fragilização dessa relação acarreta uma ameaça ao desenvolvimento psíquico saudável do indivíduo. O adulto teria então uma função *tradutiva*, onde auxilia a criança a significar o mundo, através de interpretação e compreensão de elementos à volta que sozinha a criança não poderia apreender (Wagner et al., 2017). Outro aspecto importante é a superproteção da criança por parte dos cuidadores. A sensação de abandono experienciada pela criança é, por muitas vezes, suprimida pelo cuidador referência e até pelos pais como forma de compensação, e imprime no indivíduo certa inabilidade de fazer escolhas, tomar decisões e lidar com frustrações. O excesso de mimo dá à criança a sensação de ser o centro do mundo, “merecedora de reconhecimento e elogios mesmo quando não fez nenhum esforço para conquistá-los”

(Fonseca, 2016, p. 80). Dá-se então a formação de um indivíduo egocêntrico e narcisista.

Trabalho doméstico: uma questão de gênero e raça

Os estudos sobre o trabalho doméstico não são novos, e as evidências da precariedade que lhe particular também não. Diversos autores se dedicam a entender a gênese da invisibilidade dos trabalhadores domésticos, historicamente construída por um processo sistemático da desvalorização deste tipo de atividade que, em sua maioria é realizado por mulheres (Bracke et al., 2019; Da Silva et al., 2017; Saffioti, 1979). Federici (2019) defende que o trabalho doméstico é a forma mais sutil, disseminada e violenta com a qual o capitalismo se apropriou da mão de obra do proletariado, sobretudo das trabalhadoras.

Especificamente, ao se tratar do trabalho doméstico no Brasil, diversos autores relatam a relação íntima desta modalidade de trabalho com período colonial escravagista (Da Silva et al., 2017; Sanches, 2009; Teixeira et al., 2014; Teixeira et al., 2015). Embora muito criticado, o texto Gilberto Freyre (2003) estipula que as relações entre escravizados e senhores eram permeadas por sentimentos de amor e ódio, onde as atividades do dia a dia e a convivência obscurecia a separação entre deveres e direitos, obrigações e gentilezas. Da Silva et al. (2017) relatam que, apesar da abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravizados, principalmente os incumbidos de tarefas domésticas, permaneceram trabalhando na casa de seus senhores em troca de comida e proteção, o que revela novamente a fragilidade da condição dos trabalhadores domésticos instaurada historicamente e reforçada pelas legislações trabalhistas inexistentes ou insuficientes (Shcerdien et al., 2018; Teixeira et al., 2015).

A redução dos espaços gerados pela urbanização, levou à incorporação do espaço da senzala à casa principal da família, surgindo então a figura do “quarto da empregada”. Este ambiente mantém fortes laços com o trabalho escravo uma vez que propicia um completo controle dos patrões sobre a vida da empregada, e impede que a mesma controle sua jornada de trabalho e afastando-a de sua família (Da Silva et al., 2017). Segundo Lana (2016, p. 125) as atividades domésticas se interseccionam entre três tipos de hierarquias: “de raça (negras trabalham para brancas), de renda (classes baixas oferecem seus serviços a pequeno custo para as classes altas) e de sexo (mulheres, gênero subalterno, representam a maioria das trabalhadoras domésticas).” Este formato sustenta um complexo sistema de dominação.

A Revolução Industrial modificou a forma com que homens e mulheres exerciam seus papéis sociais. A mulher que antes era restrita ao lar, ocupada com o trabalho doméstico e reprodutivo, passa a se inserir nos ambientes externos, principalmente nas fábricas, se submetendo às condições insalubres de trabalho, remunerações menores que a dos homens e jornadas extensas (Da Silva et al., 2017; Federici, 2019; Saffioti, 1976). Porém, a mulher não deixou de ser a principal responsável pelo trabalho doméstico, posição reforçada pelo patriarcado, assumindo assim outras funções sem abrir mão das demais, constituindo assim o que se chama de dupla jornada de trabalho feminina (Mota-Santos et al., 2015; Shcerdien et al., 2018).

Somente em 1972, com a aprovação da Lei 5.859, empregados domésticos tiveram alguns de seus direitos resguardados como os relacionados à Previdência Social, férias e registro em carteira de trabalho (Da Silva et al., 2017). Na América Latina, cerca de 14% da população feminina se ocupa de trabalho doméstico, que se

mantém principalmente em cenários socioeconômicos de crise, onde a desestruturação dos postos de trabalho e a baixa oferta de emprego levam pessoas em situações de vulnerabilidade social a empregos de menores rendimentos e condições de trabalho inadequadas. Em 2007, 94% dos trabalhadores domésticos no Brasil eram mulheres, das quais 61% eram negras. Neste ano também, o salário dos trabalhadores domésticos era, em média, 40% menor que a média das pessoas ocupadas no país (Sanchez, 2009). Este cenário reforça ainda mais a ligação entre a invisibilização do trabalho doméstico e suas raízes na escravidão que reverberam ainda atualmente.

3. Metodologia

O cinema se constitui como um modelo representativo de determinada sociedade, funcionando como uma lupa, possibilitando através de suas narrativas uma melhor compreensão de momentos sócio-históricos e culturais, e no caso das obras analisadas neste estudo, das Relações de Trabalho no cotidiano das empregadas domésticas do Brasil e do México, sendo representativas dos demais países da América Latina, guardadas suas possíveis particularidades. Desta forma, empreendeu-se uma análise fílmica, descrita por Vanoye & Goliot-Lété (1994).

Os filmes foram vistos várias vezes e suas principais falas e pontos de atenção foram anotados para posterior análise. Buscou-se também aproximar a análise apreendida pela autora das diversas outras análises disponíveis das mesmas obras. Os filmes foram apresentados separadamente para que, por fim, se comparem pontos em comum e diferenças perceptíveis nas narrativas das obras.

A análise do filme em questão, a partir do método da análise fílmica, se deu por meio da aproximação com autores e obras que discutem os temas de trabalho doméstico e feminino tais como Federici (2019); Mota-Santos et al. (2015); Saffioti (1976); Teixeira et al. (2020), dentre outros; e o cuidado, como Batthyány et al., (2014); Faur (2014); Wagner et al. (2017).

4. Análise de Dados

4.1 Que horas ela volta?

O filme “Que horas ela volta?” (*The second mother*) foi escrito e dirigido por Anna Muylaert (2015) e teve grande destaque no cenário do cinema mundial, conquistando importantes prêmios, dentre eles o Prêmio do Público em Berlim e o Prêmio Especial do Júri do Festival de Sundance, sendo posteriormente escolhido como representante brasileiro ao Oscar (Magno, 2016; Shcerdien et al., 2018).

A obra conta a história de Val (Regina Casé), uma mulher nordestina que imigrou de Pernambuco para São Paulo, a fim de encontrar trabalho e conseguir prover sustento à sua família e sua filha que permaneceram no estado de origem. Torna-se então babá de uma criança e empregada doméstica em uma casa de família abastada, onde passa a viver integralmente. A história se complica e desenrola treze anos depois, quando sua filha Jéssica (Camila Márdila) pede ajuda para ir à São Paulo prestar vestibular, e sua presença na casa e na vida da mãe e de seus empregadores gera uma série de conflitos, principalmente por questionar as condições de vida e trabalho de Val.

Para Magno (2016, p.164), “Anna Muylaert, [...] obriga-nos a olhar o cotidiano e ver nesse cotidiano as complexas relações que envolvem o aparentemente insignificante, comum e natural da vida”, e este é o grande mérito do filme, que trata

enfim de um assunto corriqueiro na teledramaturgia latino-americana. Questões relacionadas ao trabalho doméstico, sobretudo feminino, estratificação social e disparidade, invisibilidade e mobilidade econômico-social são tratadas nesta obra e foram tema das críticas e análises de muitos especialistas (Shcerdien et al., 2018).

4.2 Roma

“Roma”, de Afonso Cuarón (2018), retrata a história de uma família de classe média durante as revoltas políticas mexicanas de 1970, sob o ponto de vista de Cleo, a babá e empregada doméstica que trabalha para a família. Na história, Sofía, a mãe da família é abandonada pelo marido com seus quatro filhos, enquanto paralelamente Cleo é abandonada grávida. É do contexto de abandono, solidão, maternidade e trabalho doméstico que as personagens se conectam, guardadas as diferenças de classe e raça que são exploradas na obra. Quando abandonada, Sofía sai para beber, destrói o carro do marido e tem acessos de raiva, enquanto Cleo é impossibilitada de experimentar a solidão, e até de sentir de maneira geral, pela exaustiva rotina de trabalho, e por mais que a narrativa tente aproximá-las pelo contexto do abandono, é impossível dadas as condições das duas mulheres, que vivem opressões de maneiras diferentes (Aparecida dos Santos et al., 2021; Ebersol & Penkala, 2020). Para Ebersol & Penkala (2020), as relações nesta película são fortemente marcadas pela lógica da modernidade colonial, sendo indispensável uma análise que compreenda que a violência da relação entre as personagens são baseadas em uma suposta inferioridade natural e biológica dos sujeitos “dominados”.

4.3 Análise Comparativa

Em ambos os filmes, há uma predominância clara do protagonismo das personagens femininas, principalmente porque o lar é o cenário principal das histórias desenvolvidas, e, historicamente o “privado” é o domínio onde as vivências femininas acontecem. O Quadro 1 apresenta as personagens femininas mais relevantes, seus papéis e posições em cada uma das histórias.

Quadro 1: Apresentação das personagens femininas relevantes para os filmes

Filme	Personagem	Posição	Maternidade
Que horas ela volta?	Val	Empregada	Mãe de Jéssica
Que horas ela volta?	Jéssica	Filha de Val	Mãe de Jorge
Que horas ela volta?	Bárbara	Patroa	Mãe de Fabinho
Roma	Cleo	Empregada	Mãe de um bebê natimorto
Roma	Sofía	Patroa	Mãe de quatro crianças
Roma	Teresa	Patroa	Mãe de Sofía

Fonte: Elaborado pelas autoras

O título do filme brasileiro se refere à primeira cena, onde Fabinho está aos cuidados de Val e pergunta “E mamãe, cadê?”. A empregada responde que Bárbara está trabalhando. O filho interpela de novo “que horas ela volta?”. A pergunta volta a ser repetida em uma conversa posterior entre Val e Jéssica, onde a filha diz à mãe “você não sabe como eu sofri. Me dava um monte de presente e depois me deixava lá.

‘Que horas a mainha volta?’. ‘Que horas ela volta?’. Puta que pariu, Val, dez anos não voltaste por quê?”. É o tom da ausência que permeia toda a obra, sobretudo a materna, caracterizada pela terceirização da criação dos filhos (Lana, 2016; Magno, 2016; Shcerdien et al., 2018). Shellee Colen *apud* Lana (2016) denomina de “reprodução estratificada” o processo em que mulheres pobres precisam deixar seus filhos aos cuidados de terceiros, em detrimento de criar as crianças ou cuidar de idosos de classes mais altas, que ganham com uma complementariedade familiar, que acentua as desigualdades sociais.

Assim como Bárbara deixa Fabinho aos cuidados de Val para trabalhar, também o faz Sofia, que terceiriza parte dos cuidados dispensado às crianças para Cleo, em *Roma*. O abandono materno possui então pesos muito diferentes para a sociedade, onde, dicotomicamente, o trabalho doméstico das mulheres pobres é preponderante para as conquistas profissionais e pessoais das mulheres da elite, mas é visto como subalterno, sem valor (Gomes et al., 2020); imagem repassada entre gerações. A história de Val se repete com Jéssica, que deixa seu filho Jorge em Pernambuco e migra para São Paulo, em busca de uma carreira e condições de vida melhores. Tanto Cléo quanto Val e Jéssica têm seu direito à maternidade tolhida, seja pela impossibilidade de criar um filho ou pela morte dele.

Outro ponto de congruência entre as películas é a ausência paterna. Em *Que horas ela volta?*, Val chama o pai de Jéssica de “encosto”; o pai de Jorge não é sequer mencionado; José Carlos – pai de Fabinho – se mostra distante de toda a família (Shcerdien et al., 2018). Em *Roma*, Sofia teme pela criação e sustento dos filhos, uma vez que o marido deixou de prover a casa. Abandonada, grávida, Cleo enfrenta o medo de contar à patroa sobre sua condição com medo de perder o sustento. Sem um companheiro e longe da família, a situação da empregada se mostra frágil, enquanto a patroa goza de uma rede de suporte constituída pela mãe, pelos irmãos e o acesso a recursos jurídicos que a proteja. (Aparecida dos Santos et al., 2021; Ebersol & Penkala, 2020). A situação de Cleo se torna ainda mais dramática quando ela procura Fermín, pai de seu filho, que diz que nunca se envolveria com uma “faxineira de merda” e ameaça sua integridade física, expulsando-a. A ausência paterna e as mulheres como chefes de família tem sido uma constante nos estudos demográficos brasileiros. Em 2015, 43% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, e em apenas 34% desses núcleos familiares há a presença de um cônjuge (IBGE, 2020), e situação similar pode ser vista em todos os países da América Latina. Em determinada cena, Sofia diz “Estamos sozinhas. Digam o que nos disserem, nós, mulheres, estamos sempre sozinhas”, que coloca todas as mulheres na mesma condição sem reconhecer suas diferentes realidades.

O conflito trabalho-família é reconhecidamente fonte de dor e sofrimento psíquico para mulheres trabalhadoras, de todas as classes sociais, embora raramente o seja para homens (Shcerdien et al., 2018). Val ama a filha, mas há um estranhamento entre elas que impede que o afeto seja demonstrado de forma clara. Em comparação, Val é tão próxima a Fabinho que o rapaz chega a dormir com a empregada em determinada cena. Esta proximidade entre eles é invejada por Bárbara que, em outra cena, tenta dar um abraço e o filho se retira (Magno, 2016). Segundo Teixeira et al. (2015), o sentimento de ser tratada como parte da família é parte da recusa identitária da empregada doméstica, que é reforçada ainda pelos laços afetivos entre as crianças que cuidam, a cozinha, os objetos de trabalho, etc., gerando dessa forma certo nível de sofrimento psíquico pelo tensionamento constante da sensação de pertencimento e

não-pertencimento constante. Shcerdien et al. (2018, p. 173) aponta ainda que o laço de afetividade entre Val e Fabinho é quebrado com a ida dele para o exterior, consistindo na “impossibilidade de realização e concretização de afetos pelas diferenças econômicas e sociais”.

As questões laborais e de afeto se confundem nos enredos. Cleo também é vista como “quase da família”, mas a realidade da condição da empregada naquele núcleo familiar é escancarada quando a personagem é levada pela avó da família, Teresa, ao hospital para parir e a senhora não sabia informar na recepção nem sequer seu segundo nome. O bebê nasce morto e Sofía convida Cleo para ir à praia, usando do afeto que a empregada tem pelas crianças e a promessa de descanso para convencê-la, porém ela cuida das crianças por toda a viagem, e é desumanizada, tendo tolhidos seu direito à dor pela perda da filha e ao luto em função do trabalho servil. Para Ebersol & Penkala (2020), a abnegação da personagem é tão grande que ela arrisca a própria vida para salvar as crianças de se afogarem, mesmo sem saber nadar, a vida dela não tem valor, e ela se vê dessa forma. Brites (2009) chama a atenção que o estabelecimento de uma relação afetiva ambígua pode impedir que a empregada busque direitos trabalhistas ou melhores salários ou condição de vida. É o que vemos em Roma, quando Cleo conta para a patroa que teria um bebê e sua mãe, Teresa, leva a empregada para comprar os móveis para a criança, e este benefício é entendido por Cleo como uma benevolência da empregadora, mas que numa análise distanciada não seria necessária se ela recebesse uma remuneração adequada.

As obras têm construções narrativas semelhantes, se tratando do cotidiano e do sofrimento envolvido no trabalho de mulheres, empregadas domésticas, pobres e não brancas em países Latino-Americanos. Val e Cleo deixaram suas regiões de origem em busca de uma melhor qualidade de vida, e se submeteram ao trabalho e a condição de viver sob o teto de seus patrões, compartilhando assim questões relacionadas às demarcações espaciais, condições de trabalho ruins, vigilância e distância da família. Para Teixeira et al. (2015), o fato de a empregada doméstica viver no mesmo ambiente que o patrão, não necessariamente faz com que ela sinta pertencimento. A hierarquia das relações de poder evoca experiências opostas entre patrões e empregados, que pode ser vista na película ‘Que horas ela volta?’ quando Jéssica aceita morar no quarto de visitas e tanto Val quanto Bárbara se sentem incomodadas com a situação. Cleo não pode acender a luz elétrica em seu quarto e Val não pode comer sorvete, e esses pequenos atos de violência simbólica fazem parte de um processo de docilização de corpos (Foucault, 2014), onde os dominados são condicionados através de atos violentos a determinados comportamentos que constituem seu *habitus*. Mesmo sendo a protagonista do filme, e o ponto de vista sob o qual se constrói a história, pouco se sabe sobre a vida de Cleo, ou o que ela pensa e sabe. É uma personagem sem voz, subalternizada e sem controle sobre sua própria vida, demarcando a condição da empregada doméstica no contexto histórico da América Latina.

O distanciamento entre patrões e empregadas também é um ponto comum na narrativa. Quando Val pede à Bárbara para que acolha a filha, a patroa que a emprega a mais de dez anos pergunta “Quem é Jéssica?”. O mesmo acontece com Cleo quando a patroa não sabe sequer o seu nome para informar no atendimento médico. As cenas demonstram uma falsa simetria existente na relação afetiva entre empregadas e empregadores. Contudo, é possível ver em ambos os filmes que a relação entre a empregada e as crianças é real e recíproca, em uma cena, Sofía pede para que Cleo faça o chá do patrão e recebe de volta protestos do filho que quer que a empregada

permaneça assistindo televisão com a família. A dualidade das situações nos faz questionar em que ponto as empregadas passam então a serem desumanizadas pelos patrões uma vez que fazem parte essencialmente de sua infância e criação? Segundo Magno (2016), a invisibilização é um traço herdado dos colonizadores europeus que invadiram as terras latino-americanas. Para a autora, habitar a mesma casa e ser ao mesmo tempo invisível era característica primordial para os serviçais e deveria ser desenvolvida, na perspectiva da classe dominante. A invisibilidade é tão sutil e naturalizada que por vezes sua percepção é difícil. Para Teixeira et al. (2014), o fato de o trabalho doméstico feminino ser visto socialmente como não produtivo, como também relata Silvia Federici (2019), e o fato de não estar ligado à títulos e especializações que concedem *status* de categoria profissional, contribuem diretamente para a invisibilidade das trabalhadoras domésticas.

Para além da demarcação espacial na casa, em uma cena, as crianças sobem para brincar no terraço enquanto Cleo lava roupas e ela diz a eles “não deveriam estar aqui em cima! Sua mãe não vai gostar”, o que demonstra que há uma separação dos espaços e do conhecimento que os pais gostariam que seus filhos acessassem, onde a realidade das empregadas domésticas não está contemplado (Montenegro & Ferreira, 2020). Em outro momento, Cleo utiliza sua língua original para falar com as crianças e é repreendida, porém estas crianças são constantemente expostas à cultura americana e à língua inglesa, o que denota que a cultura e o povo de Cleo é subalterizado e entendido como patrimônio cultural do qual as crianças devem ser afastadas em detrimento de outras. Em uma cena, Bárbara conversa com o filho sobre ele fumar maconha, e o garoto diz que a droga não é dele, e a mãe descarta na lixeira da cozinha. Val pega a droga no lixo e guarda, na presença de Fabinho, protegendo o garoto do castigo aplicado pelos pais, em um claro conflito entre os pais e o adulto de referência de Fabinho.

Outro ponto de atenção é que pouco se discute as repercussões da terceirização da criação das crianças pobres neste contexto. Na primeira cena de *Que horas ela volta?*, Val liga para sua filha, ainda pequena, e precisa repreendê-la pela forma com que a criança responde ao telefone, demonstrando que a situação é complicada para ela já na primeira idade. Em outro momento, Val conversa com outra empregada da casa que diz que seu filho tem problemas comportamentais na escola e intestinais e Val responde que é por causa da má alimentação. A colega então interpela com “Coitadinho! Chega à noite e é o que ele gosta... é difícil criar filho sozinha”, que também demonstra que a ausência da mãe durante todo o dia afeta o desenvolvimento da criança, mesmo quando ela recebe mimos na tentativa de suprir a falta.

O filme *Que horas ela volta?* termina com a aprovação de Jéssica na faculdade e a reprovação de Fabinho, a primeira sendo atribuída por Bárbara à sorte e a segunda à grande concorrência. Shcerdien et al. (2018) afirmam que, ao oferecerem à Fabinho a possibilidade de fazer um intercâmbio como um prêmio de consolação, se evidencia uma tolerância ao erro e ao fracasso das quais as classes mais baixas não podem gozar. Após a aprovação de Jéssica no vestibular, Val pede demissão, e entra pela primeira vez na piscina da casa, quase vazia, claramente feliz pela conquista da filha. É o momento em que a retomada da consciência de classe se dá, e há o rompimento das relações de dominação e afetiva. A tomada de decisão devolve à protagonista sua humanidade. Já em *Roma*, Cleo entra no mar, mesmo sem saber nadar, para salvar seus patrões, e, diferentemente do primeiro caso, reforça ainda mais seus laços de submissão e trabalho doméstico com a família, constituindo-se esse o principal ponto

de discordância entre as narrativas. Talvez a diferenciação se dê porque as histórias acontecem em períodos históricos diferentes, e Val experimente uma transição de classe oportunizada por um crescimento econômico brasileiro recente que não pode ser oportunizado pela personagem Cleo.

5. Conclusão

Que horas ela volta? e *Roma* foram destaque no cinema internacional abordando a mesma narrativa, tendo como protagonistas mulheres, empregadas domésticas, pobres, migrantes e não brancas, oportunizando um espaço para reflexão sobre a condição da mulher e do trabalho doméstico na América Latina, aproximando a realidade brasileira à mexicana, marcadas pela desigualdade, pela política instável e pelas heranças culturais do processo colonizador.

Ambos os filmes tratam de temas atuais, principalmente aqueles relacionados à vivência feminina, como a monoparentalidade, o abandono, a terceirização da criação dos filhos, a divisão sexual do trabalho, a violência doméstica e o assédio. Outras questões são levantadas e se relacionam ao trabalho da empregada doméstica mais especificamente, tais como a invisibilidade, a má remuneração, ao não reconhecimento, a cultura servil, as violências cotidianas e as relações de afeto desenvolvidas.

É possível observar em ambas as histórias as relações entre empregados e patrões se desenvolvem de forma complexa, misturando espaços domésticos com trabalho, afetos e hierarquias, de forma característica das relações de trabalho constituídas num contexto pós-escravagista muito característico dos países colonizados, que acabam por tornar o trabalho doméstico ainda mais precarizado do que em outros países. Além disto, outro ponto de fragilização das protagonistas se encontra na necessidade de migrar, e viver sob o teto de seus empregadores, o que lhes toma direito a descanso, privacidade e liberdade, gerando ainda outro ponto de tensão na vida destas personagens, que continua sendo a realidade de muitas trabalhadoras em todo o mundo.

A cadeia de cuidados é especialmente delineada nestas obras, marcada pela ausência da mulher pobre em seu próprio lar, para o cuidado dos filhos de patroas que tem suas carreiras garantidas pela terceirização do cuidado das crianças. A hierarquia social entre mulheres de diferentes contextos socioeconômicos, que as distancia, e a monoparentalidade e ausência da figura masculina nos lares, que as aproxima, demonstra a necessidade de uma análise interseccional do fenômeno. Por fim, as películas constituem terreno fértil para a discussão das relações de trabalho no âmbito da administração e dos estudos organizacionais, podendo serem usadas como ferramenta de ensino e debate, uma vez que trazem aspectos relevantes à discussão das interseccionalidades geradas entre gênero, raça, classe social, *status* profissional, precarização do trabalho, identidade, territorialidade, dentre outros.

Referências Bibliográficas

- Amorim, M. N., & Mota-Santos, C. M. (2022). BARREIRAS PROFISSIONAIS: O CASO DAS MADRES COMUNITÁRIAS COLOMBIANAS. *Diálogos Possíveis*, 21, 223–235.
- Aparecida dos Santos, S., Rangel dos Santos, V., & Ferrari, A. (2021). Problematizando As Relações De Gênero No Filme Roma. *Diversidade e Educação*, 9(1), 146–168. <https://doi.org/10.14295/de.v9i1.12908>
- Batthyány, K., Genta, N., & Perrotta, V. (2014). Social representations of child care from a gender perspective: Main results of the national survey on social care representations. *Papers*, 99(3), 335–354. <https://doi.org/10.5565/rev/papers.686>
- Batthyány, K., Scavino, S., & Perrotta, V. (2020). Child care and paid work regarding three generations of mothers of montevideo: The paths of gender inequalities. *Dados*, 63(4), 1–37. <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.224>
- Bracke, M., Clifford, R., Donert, C., Glynn, R., McLellan, J., & Todd, S. (2019). Women, Work and Value in Post-War Europe: Introduction. *Contemporary European History*, 28(4), 449–453. <https://doi.org/10.1017/S0960777319000225>
- Brites, J. (2009). Afeto e desigualdade : gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, 29, 91–109.
- Da Silva, D. F., De Loreto, M. das D. S., & Bifano, A. C. S. (2017). Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de Direito*, 17(32), 409. <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v17n32p409-438>
- De Souza, F. F. (2016). Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil. *Mundos Do Trabalho*, 7(13), 275. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2015v7n13p275>
- Ebersol, I., & Penkala, A. P. (2020). Um olhar sobre a condição feminina no filme Roma. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos Em Cultura e Sociedade*, 6(4), 1–22. <https://doi.org/10.23899/relacult.v6i4.1766>
- Faur, E. (2015). El maternalismo en su laberinto. Políticas sociales y cuidado infantil en Argentina. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 7(December 2015), 45–61. <https://doi.org/10.17151/rlef.2015.7.4.Revista>
- Faur, Eleonor. (2014). *El cuidado infantil en el siglo XXI. Mujeres malabaristas en una sociedad desigual*. (Vol. 1, Issue 1). Siglo XXI.
- Federici, S. (2019). *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (T. Breda (ed.); 1st ed.). Editora Elefante.
- Fonseca, E. P. D. A. (2016). A terceirização da educação de crianças em famílias brasileiras de classe média The outsourcing of education of children in Brazilian families from the middle class Introdução A família é uma instituição formadora da nossa primeira identidade social , sen. *Revista Fafire*, 9(1), 67–84.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir* (42nd ed.). Vozes.
- Foucault, M. (2015). *História da Sexualidade* (7th ed.). Paz e Terra.
- Freyre, G. (2003). *Casa - Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob regime da*

economia patriarcal (48th ed.). Editora Global.

- Gomes, D., Moretti-Pires, R. O., & Finkler, M. (2020). Que horas ela volta? Análise bioética sobre gênero e classe. *Revista Bioética*, 28(4), 619–627. <https://doi.org/10.1590/1983-80422020284425>
- Gradwohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55–62.
- Isaksen, L. W., Devi, S. U., & Hochschild, A. R. (2008). Global care crisis: A problem of capital, care chain, or commons? *American Behavioral Scientist*, 52(3), 405–425. <https://doi.org/10.1177/0002764208323513>
- Lana, L. (2016). “Da porta da cozinha pra lá”: gênero e mudança social no filme Que horas ela volta? *Rumores*, 10(19), 121–137.
- Magno, M. I. C. (2016). Que horas ela volta? Uma crônica cinematográfica. *Comunicação & Educação*, 21(1), 163. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v21i1p163-169>
- Montenegro, T. M., & Ferreira, R. D. S. S. (2020). A estratificação social na América Latina representada nos espaços domésticos e simbólicos: uma análise comparativa dos filmes Que Horas Ela Volta? e Roma. *Rebeca - Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, 8(2), 80–104. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v8n2.576>
- Mota-Santos, C. M., Tanure, B., & Carvalho Neto, A. (2015). O percurso do trabalho feminino no Brasil: vestígios dos primórdios no presente. In J. O. Andrade & A. Carvalho Neto (Eds.), *Mulheres profissionais e suas carreiras sem Censura: Estudos sob diferentes abordagens* (1st ed., p. 232). Atlas.
- Saffioti, H. I. B. (1976). A mulher sob o modo de produção capitalista. *Contexto*, 1, 1–21.
- Saffioti, H. I. B. (1979). *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Avenir.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115–136.
- Sanches, S. (2009). Trabalho doméstico: Desafios para o trabalho decente. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 879–888. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300016>
- Sandoval, P. R. G., Holguín, E. C., & Caraveo, M. A. (2014). Educación y cuidado infantil en las familias indígenas migrantes en Chihuahua. In S. B. Durán & R. R. Delgado (Eds.), *Políticas Públicas Cuidado E Infancia* (Vol. 1, Issue 1, pp. 121–142). El Colegio de Chihuahua. http://www3.colech.edu.mx/Documents/POLITICAS_PUBLICAS_PDF.pdf
- Shcerdien, C., Bortolini, A. C. dos S., & Oltramari, A. P. (2018). Relações de Trabalho e Cinema: uma análise do filme “Que horas ela volta?” *FAROL*, 5(12), 130–197.
- Teixeira, J. C. (2021). *Trabalho Doméstico* (1st ed.). Editora Jandaíra.
- Teixeira, J. C., Carrieri, A. de P., & Mafra, L. N. (2014). “A Bichinha é Safadinha”: o Imaginário Social sobre a Empregada Doméstica refletido em Músicas Brasileiras. *VII Encontro de Estudos Organizacionais Da ANPAD*, 1–16.
- Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. de P. (2015). Os Lugares Das Empregadas Domésticas. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 161–178. <https://doi.org/10.1590/1984-9230728>

- Teixeira, M. B. M., Galvão, L. L. da C., Mota-Santos, C. M., & Carmo, L. J. O. (2020). Women and work: film analysis of Most Beautiful Thing. *Revista de Gestão*, 28(1), 66–83. <https://doi.org/10.1108/rege-03-2020-0015>
- Wagner, L. C., Vieira, G. P., & Maciel, V. E. M. (2017). A terceirização dos cuidados infantis: um fenômeno histórico. *Revista de EDUCAÇÃO Do Cogeime*, 26(51), 77. <https://doi.org/10.15599/0104-4834/cogeime.v26n51p77-92>
- Winnicott, D. W. (2005). *Tudo começa em casa*. Martins Fontes.
- Yanacallo, E. M. C., Moposita, J. M. T., & Méndez, Y. S. (2017). Cuidado infantil y participación de la mujer en el mercado laboral de Ecuador. *Revista Economía y Política*, XIII(26), 9–48. <https://doi.org/10.25097/rep.n26.2017.01>
- Yeates, N. (2004). Global care chains. *International Feminist Journal of Politics*, 6(3), 369–391. <https://doi.org/10.1080/1461674042000235573>